

Á
Comissão Parlamentar do Trabalho e
Segurança Social da Assembleia da República
Palácio de São Bento

Lisboa

N/Refª. 0143/ 2021-07-07

Assunto: Envio de apreciação ao PL 841 /XIV

Exms. Senhores,

Em anexo, a apreciação da USC/CGTP-IN ao Proj Lei em epígrafe.

Na expectativa de que o esmo será tido em devida conta, endereçamos os mais respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente

António Moreira, Coordenador

APRECIACÃO ao Projecto de Lei nº841/XIV (PAN) Cria a licença parental pré-natal e o subsídio parental pré-natal, procedendo à 18ª alteração à Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, à 5ª alteração ao Decreto-Lei nº 89/2009, de 9 de Abril, e à 7ª alteração ao Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril (Separata nº 61, DAR, de 7 de Junho de 2021)

A USC/CGTP-IN considera que é extremamente importante reforçar os direitos de parentalidade de todos os trabalhadores e trabalhadoras e, neste sentido, entendemos que o proposto aumento da duração da licença parental inicial para 183 dias, mantendo em pleno os direitos de partilha desta licença entre os progenitores, de modo a incentivar a partilha de responsabilidades parentais e a promover a igualdade parental, tem carácter positivo.

Porém, constatamos que ao aumento da duração da licença não corresponde qualquer alteração dos montantes do subsídio parental inicial a atribuir aos pais durante este período alargado de licença, o que significa que o respectivo gozo continuará a estar condicionado pelo valor deste subsídio.

No entender da USC/CGTP-IN, se a licença parental inicial passa a ter uma duração fixa de 183 dias, deixa de haver qualquer justificação para a variação do valor do respectivo subsídio em função da sua duração – a uma licença de duração fixação deve corresponder um subsídio de valor fixo e esse valor deve corresponder a 100% da remuneração de referência, para que o gozo pleno da mesma não seja prejudicado por razões económicas.

Por fim, é imprescindível que o alargamento da duração da licença parental inicial seja estendido aos trabalhadores em funções públicas, o que impõe a alteração do Decreto-Lei nº 89/2009, de 9 de Abril, que regulamenta a protecção na eventualidade maternidade, paternidade e adopção no regime de protecção social convergente.

Em conclusão, a USC/CGTP-IN concorda com o aumento da licença parental inicial para 183 dias, mas considera que o subsídio parental inicial deve corresponder a 100% da remuneração de referência do/a beneficiário/a durante todo o período da licença e que este alargamento (da duração da licença e do valor do subsídio) devem ser extensivos aos trabalhadores em funções públicas, sob pena de violação do princípio da igualdade.

Coimbra, 07 de Julho de 2021

Pel' O Sec. da Dir. Dist. da
USC/CGTP-IN

640 - 2.º ESQ
MBR / CGTP
239 851 580 / Intersindical-Nat
www.cgtp

União dos Sindicatos de Coimbra

Av^a. Fernão Magalhães, 640 - 2.º Esq. • 3000-174 Coimbra
Tel. 239 851580 • Fax 239 851584 • Email: usc.cgtp@gmail.com